

PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 618 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>27 / 11 / 2008</u>
Q Secretário da Mesa <u>MCCorreia</u>

Assunto: **Venda do Forte de S. João Baptista, em Esposende**

Destinatário: **Ministro da Defesa**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

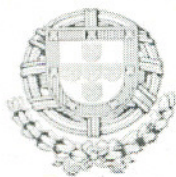
Fomos recentemente surpreendidos pela publicação em Diário da República, de 5 de Novembro de 2008, de uma extensa lista de cerca de 200 imóveis a alienar pelo Ministério da Defesa, onde se integram numerosos edifícios que são património histórico do país, algum dele classificado como monumentos nacionais. A lógica das contas públicas e gestão orçamental sob a obsessão do défice e em obediência ao Pacto de Estabilidade tem destas consequências.

Entre esses edifícios está o Forte de S. João Baptista, em Esposende, que, além de classificado, tem no seu interior instalado um farol de sinalização marítima ao serviço da comunidade piscatória de Esposende e navegação costeira.

Acresce que, desde 2001, o Forte se encontrava prometido pelo então Ministro do Ambiente José Sócrates, depois de recuperado, para Centro de Interpretação Ambiental e sede do Parque Natural do Litoral Norte.

A indignação da população do concelho e o repúdio dos respectivos órgãos autárquicos exigem a rápida correcção da decisão tomada.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1. Vai o Governo reconsiderar a referida alienação do Forte de S. João Baptista? Porque razão não foram assumidas as promessas feitas por anteriores governos ou aceites as propostas do Município de Esposende?
2. Que instalação ou espaço vai ser destinado aos objectivos de criação de um Centro de Educação Ambiental e sede do Parque Natural do Litoral Norte?
3. Porque é que todo este processo avança em qualquer consideração, informação ou negociação com os municípios em que se localizam os imóveis que agora se pretendem alienar?
4. Relativamente aos imóveis classificados houve alguma consideração prévia com o Ministério da Cultura? Quais os casos que foram considerados?
5. Qual o futuro dos equipamentos de sinalização marítima em caso de alienação a privados do referido imóvel?

Palácio de S. Bento, 26 de Novembro de 2008

Deputado

Agostinho Lopes